

Congresso arquiva três mil projetos

15 FEV 1991

nacional

* 07 FEV 1991

BRASÍLIA — Mais de 3 mil projetos de lei apresentados por deputados e senadores desde 1987 foram arquivados no dia 1º. Essas proposições jamais conseguiram figurar entre os projetos que chegam à selecionada ordem do dia, perdendo-se na burocracia das comissões. O campeão desses projetos de lei é o deputado Francisco Amaral (PMDB-SP). Cerca de 300 propostas suas estão indo para o arquivo.

A cada novo Congresso eleito, permanecem em tramitação apenas os projetos de iniciativa do Executivo ou do Legislativo que tenham recebido pareceres favoráveis de todas as comissões permanentes do Senado e da Câmara. Nesta condição, e, portanto, na ordem do dia, continuam o projeto do deputado Gastone Righi (PTB-SP), que limita os juros em 12%, o projeto de lei complementar do deputado Nélson Jobim (PMDB-RS), que regulamenta a edição de medidas provisórias, a lei de diretrizes e bases da educação, feita pela Comissão de Educação da Câmara. E ainda, a proposta de implantação da pena de morte, de Amaral Netto (PDS-RJ), e a isenção de Imposto Territorial Rural (ITR) para propriedades

de até 300 hectares na Amazônia, entre outros.

Desaparecem para sempre projetos exclusivamente de vingança, como o do ex-deputado Felipe Cheidde (PMDB-SP). Ao tomar conhecimento de que perderia o mandato por excesso de faltas, Cheidde requereu ao então ministro do Gabinete Civil, Ronaldo Costa Couto, informações sobre os gastos da viagem do presidente interino da República, Paes de Andrade (PMDB-CE), a Mombasa, sua cidade natal. Outro que fez um projeto semelhante, já arquivado, foi o ex-deputado Ailton Cordeiro (PFL-PR). Candidato à prefeitura de Curitiba em 1988, Cordeiro, para se vingar dos baixos índices obtidos nas pesquisas de opinião, apresentou projeto proibindo para sempre as consultas eleitorais.

Vão também para o arquivo proposições regionais, como as do deputado Costa Ferreira (PFL-MA), que criam as escolas técnicas de Caxias, Bacabal, Codó, Balsas e Vitorino Freire, todas no Maranhão, e do ex-deputado Eliel Rodrigues (PFL-PA), que criava as universidades federais de Abaetetuba e Barcarena, no Pará.

O deputado Arnaldo Faria de

Sá (PRN-SP) foi reeleito, mas diversos projetos seus já estão no arquivo. Entre eles, o que regulamenta a profissão de técnico de futebol. Se depender dos parlamentares, as atividades do traficante de drogas norte-americano, conhecido por Capitão América, jamais serão investigadas. O pedido de instalação de uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) para apurar a passagem do traficante pelo Brasil, feito pelo ex-deputado Hermes Zanetti (PSDB-RS), foi arquivado.

Também desaparecem os projetos do ex-deputado Paulo Zarzur (PMDB-SP), que tornava obrigatória a gorjeta nos bares e restaurantes e que isentava de impostos os veículos adquiridos por feirantes. O ex-deputado Agassiz Almeida (PMDB-PB) não vai conseguir realizar o sonho de trocar o nome do aeroporto de Campina Grande por Aeroporto Teodósio de Oliveira Ledo. Seu projeto foi para o arquivo. Os ministros evangélicos, que por meio de projeto de lei do ex-deputado Jorge Arbage (PDS-PA) teriam aposentadoria aos 70 anos ou aos 35 anos de trabalho, vão ter de esperar. O projeto de Arbage também foi para o arquivo. (J.D.)

AE

Amaral: campeão